

A POLÍTICA MILITAR NO PRIMEIRO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DESDE O DISCURSO DA MÍDIA BRASILEIRA*

Suzeley Kalil Mathias **

Guilherme Paul Berdu ***

Bruno Lotério ****

Resumo: As últimas décadas foram marcadas por profundas mudanças no cenário internacional, regional e nacional, que representaram novos desafios à política externa brasileira e, conseqüentemente, às políticas de defesa e militar. Entre estas mudanças está a necessidade do desenvolvimento de políticas e doutrinas apropriadas ao regime democrático (embora a mudança às vezes seja meramente eleitoral), e aos processos de cooperação e integração regionais. Considerando-se que os campos diplomático e militar são “duas faces da mesma moeda” da política externa, pretende-se avaliar se, no caso do discurso da mídia brasileira, a defesa e a diplomacia são assim apresentadas. Para atingir tal objetivo, utiliza-se como fonte de pesquisa um conjunto de resumos de notícias veiculadas por jornais e revistas de circulação nacional (*corpus discursivo*), destacando nesta leitura se e como a política externa incide sobre o planejamento do emprego das forças armadas brasileiras ao longo do governo Dilma Rousseff.

Palavras chave: Mídia impressa, política externa, política militar, forças armadas, Brasil.

* Versão preliminar deste texto foi apresentada no XII Encontro da Brazilian Studies Association, realizado no King's College London, England, United Kingdom, entre 20 e 23 de agosto de 2014. Seus autores são gratos às manifestações dos presentes que muito auxiliaram a melhorar o texto. Qualquer imprecisão que tenha permanecido é de inteira responsabilidade dos primeiros.

Conforme será explicitado, utiliza-se como fonte os Informes do Observatório de Política Exterior Brasileira e do Observatório de Defesa e Forças Armadas, que são levados à cabo por um conjunto de estudantes de graduação (Relações Internacionais) e de Pós-Graduação (Programa 'San Tiago Dantas'), vinculados ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), aos quais agradecemos e isentamos de qualquer responsabilidade pelas afirmações aqui contidas.

Abstract: Whereas is developing an appropriate military doctrine to democracy (although this regime is taken as merely election), and regional cooperation, by taking this mutual confidence measures adopted by the countries of the South American region in recent years, we intend to evaluate the adoption of certain foreign policy actions have relevance to the planning of military training. To achieve this goal, it is used as a research source a set of summaries of news published by newspapers and national magazines (*discursive corpus*), highlighting this reading whether and how foreign policy relates to the Brazilian military policy along the Dilma Rousseff government.

Keywords: Newspaper, foreign policy, military policy, armed forces, Brazil

** Livre docente em ciência política (UNESP), bolsista Pq-CNPq e membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES). Colaborou neste texto quando era *Visitor Scholar* na Universidad of Waikato, New Zealand, com bolsa CAPES. E-mail: suzeley.kama@gmail.com]

*** Graduado em Relações Internacionais (FCHS-UNESP). Quando auxiliou neste texto, era bolsista PIBIC-CNPq e relator do Observatório de Política Exterior (Brasil e Venezuela), projeto do GEDES. E-mail: guilhermeberdu@hotmail.com

**** Mestre em Relações Internacionais pelo Programa Interinstitucional (Unesp, Unicamp, PUCSP) 'San Tiago Dantas', Professor no Centro Universitário 'Moura Lacerda' e membro do GEDES. E-mail: bruno.loterio@gmail.com

Introdução

Para verificar a dinâmica mídiática entre política externa e política militar, optou-se por utilizar como fonte de pesquisa os informes produzidos pelos Observatório de Defesa e Forças Armadas (ODFA) e Observatório de Política Exterior (OPEX), ambos produzidos pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), que têm como foco a forma como a imprensa nacional dos países envolvidos apresentam os temas de política exterior, defesa e forças armadas. A partir destes informes, busca-se de forma aproximada e exploratória responder à seguinte questão: na divulgação dos temas relativos às relações internacionais do Brasil, é possível perceber a relação entre política externa e política militar?

A pergunta que orienta este trabalho já denuncia como os autores compreendem a política externa de um país, aqui especificamente o Brasil entre 2011-2014. Como bem sintetizou Aron, a política externa é levada à cabo pelo diplomata e pelo soldado. O objeto de estudo específico aqui é a atividade desenvolvida pelo soldado. Deseja-se estudar se a lida cotidiana deste soldado (a política militar) é condizente com o que é determinado como sua tarefa (a política de defesa) para responder aos interesses externos do país (a política externa). Ressalte-se que não se trata de avaliar se o militar está cumprindo de maneira adequada suas funções, mas sim como o governo brasileiro está desenhando a política militar.

Com relação às fontes, há inúmeros informes circulando no espaço virtual cuja temática é a política externa, relações exteriores ou política de defesa. Pode-se, por exemplo, mencionar a Resenha de Política Exterior do Brasil, veiculada pelo Ministério das Relações Exteriores e que, por isso mesmo, representa a visão oficial do governo sobre o tema;¹ o Observatório da Imprensa, coordenado pelo jornalista Alberto Dines; o Observatório Político Sul-Americano (OPSA), nascido no IUPERJ e hoje veiculado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ou ainda o Sem Diplomacia (UNESP).

¹ As forças armadas, ou melhor, cada força singular, produz sua própria resenha diária da mídia, destacando os temas de seu interesse. No entanto, tais resenhas não são públicas e nem têm a preocupação de conter a visão da força sobre a imprensa. Além do mais, os temas destacados buscam trazer para a caserna as informações que o comando que coordena a resenha entende como importante para os soldados. Essas as razões de não utilizar tais informes como fonte da pesquisa.

O que justifica a utilização dos informes OPEX e ODFA é que eles se dedicam aos dois planos políticos que aqui se quer estudar, isto é, abordam respectivamente a política externa e a política de defesa e militar na região sul-americana. Além disso, são projetos que tem grande continuidade, existindo há mais de uma década, o que permite, portanto, estabelecer comparações e análises abrangentes.

A principal premissa que orienta a análise é que os veículos de imprensa exercem grande influência na formação da opinião pública. Salienta-se que no caso brasileiro esta referência é ainda mais importante, visto que os meios de comunicação encontram-se concentrados nas mãos de um número bastante pequeno de empresários, que representam grupos de interesse bastante estritos, constituindo aquilo que Sader tem chamado de "terrorismo midiático" (2014).²

Outra importante premissa que dirige esse trabalho diz respeito à importância relativa que as forças armadas ainda detém no âmbito da política nacional e regional, bem como sua presença no imaginário popular. Neste caso, passados 50 anos do golpe militar que amputou o processo democrático brasileiro, deixando em seu esteio o vácuo da liderança parlamentar e uma burocracia pervertida pela corrupção, as forças armadas, como aponta importante enquete sobre a percepção sobre confiança nas instituições, continuam a ocupar posição de destaque, variando entre o segundo e o terceiro lugares, enquanto Congresso e partidos, entidades chave da Democracia, invariavelmente estão nas últimas colocações.³

² Em seu Blog, veiculado pela Carta Maior, Emir Sader tem defendido essa ideia já há algum tempo, aqui menciona-se apenas um dos artigos: "Dilemas da mídia na democracia". Blog do Emir, Carta Maior, 07/04/2014. <www.cartamaior.com.br/blog-do-emir/30674>; consultado em 08/04/2014.

³ Trata-se do Índice de Confiança Social, desenvolvido pelo IBOPE desde 2009. O mesmo índice, mas com outra metodologia, foi apresentado tanto por este instituto como pelo Datafolha ao longo dos anos 1990, com pequenas variações no lugar ocupado pelas forças armadas. Em 2009, eram consideradas 22 instituições, reduzidas para 18 em 2013. Em toda a série, tanto forças armadas como os meios de comunicações gozam grande confiança popular, enquanto a polícia e o Congresso, apresentam índices pífios. Das instituições públicas, o corpo de bombeiros é a entidade mais confiável, sendo os partidos políticos a menos confiável. A pesquisa é feita em quatro países: Argentina, Brasil, Chile e Porto Rico. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/relatorio_ics_set.pdf; consultado em 08/04/2014.

Cabe informar que para proceder à análise qualitativa, buscamos alento metodológico na análise do discurso, considerando as contribuições de Greimas e Pêcheux. Isso significa que nossa fonte de análise é diferente da fonte de pesquisa: enquanto esta última é constituída pelos informes acima indicados, a fonte de análise é composta pelo *corpus* discursivo.⁴ Por razões de espaço, a apresentação teórica desta metodologia será deixada para outra oportunidade. Pela mesma razão, e também porque este texto constitui uma primeira aproximação na relação que se deseja estudar, parte das conclusões apresentadas baseia-se na análise de conteúdo, cujo enfoque é muito mais quantitativo que qualitativo.

Mídia como fonte e pauta

Para o assunto que aqui interessa, isto é, no tocante à temática de política externa e sua relação com a política militar, entende-se que os meios de comunicação influenciam a definição da agenda e dos temas em debate. É por crer nisso que neste texto o recorte temático foi dado pelos meios de comunicação impressos, ou seja, tomou-se os temas aos quais os próprios veículos jornalísticos atribuíram relevância e visibilidade para considerar analisar por um lado a política externa e, em um segundo momento, sua relação com a política militar adotada pelo Brasil nos últimos anos.

Tomando o recorte feito, pode-se dizer que se repetiu aqui aquilo que Goffman (Apud MIGUEL, 2002, p. 171) define como a determinação da abordagem e da visão dos meios de comunicação sobre os esquemas narrativos. Considerando que os próprios meios de comunicação emprestam primazia às instituições políticas em relação aos movimentos sociais; os acontecimentos considerados de importância política e, por extensão, de política exterior, são justamente aqueles que são conduzidos por atores políticos. É por essa razão que há uma presença maior de parlamentares, governantes e líderes partidários em detrimento de lideranças de movimentos sociais, lutas de minorias e ambientalistas na páginas dos veículos de comunicação. “Em suma, a mídia é deferente em relação às principais instituições políticas [...]” (MIGUEL, 2002, p.175), assim os políticos teriam uma grande influência sobre as notícias.

⁴ Segundo o *Dicionário de Análise do Discurso*, coordenado por Charaudeau e Maingueneau (2004), *corpus* tem diferentes significados dependendo do contexto em que é utilizado. Para os efeitos da análise aqui proposta, “*corpus* designa o conjunto de dados que servem de base para a descrição e análise de um fenômeno” (p. 140).

Cabe destacar, todavia, que embora a relação entre meios midiáticos (jornalistas) e meios políticos (parlamentares, governos, assessores, funcionários de partidos, etc.) seja de mão dupla – a agenda ou pauta é definida por ambos os atores –, quem determina as regras de divulgação é a mídia e não o interesse público. Em resumo, conforme Miguel reconhece, o próprio discurso político é formatado de acordo com as regras midiáticas.

A importância da mídia está ainda naquilo que Luis Felipe Miguel chama de “Sistema Perito”. Tal conceito é apresentado pelo autor como “[...] um sistema de excelência técnica cuja efetividade repousa na confiança depositada por seus consumidores.” (MIGUEL, 1999, p. 197). Há dois exemplos clássicos de sistema perito: embora não se tenha ideia de como funciona um avião, acredita-se na competência (conhecimento específico e boa formação) do piloto e utiliza-se este meio de transporte em massa. O mesmo acontece quando submetemo-nos a uma intervenção cirúrgica: mesmo que se busque mais de uma opinião, o paciente confia que o médico, por seu conhecimento e habilidade, resolverá o problema (FREIRE, 2004). O pequeno número de acidentes aéreos relativamente a outros meios de transporte e de erros médicos contribuem para a confiança na perícia (especialidade) do piloto e do médico. Os exemplos mencionados são suficientes para mostrar que a grande característica do sistema perito é a elevada autonomia do agente frente ao consumidor em razão do conhecimento específico do perito relativamente ao conjunto da sociedade.⁵

Conforme Miguel argumenta, portanto, não é uma tarefa complicada enquadrar o jornalismo, no sentido amplo, como um sistema perito: o leitor mantém uma relação de confiança quanto à veracidade das informações fornecidas, quanto à seleção e hierarquização de atores e elementos relevantes para o fato, e quanto à própria seleção e hierarquização das notícias diante de uma infinidade de temáticas disponíveis. A primeira característica que distingue o jornalismo dos demais sistemas é “[...] a relativa incapacidade de comprovação da correção desta confiança.” (MIGUEL, 1999, p. 200)

⁵ Não é o caso aqui de discorrer a respeito de serem também as forças armadas “sistema perito”. Cabe, todavia, lembrar, que na democracia quem deveria indicar os procedimentos e julgar os resultados é o público, jamais o especialista. Se assim não fosse, não faria sentido a máxima “*A guerra é um negocio muito importante para ser deixada para os soldados*”, dita por Clemenceau.

Em outras palavras, os sistemas peritos devem sujeitar-se às provas de efetividade. O jornalismo acaba por impor restrições a tal prova devido às suas características. Os fatos relatados, por exemplo, na maioria das vezes, não permitem verificação, logo, a postura adotada pelos jornais é de apresentar-se e apresentar verdades ditas absolutas. A verificação dos elementos que compõem a notícia também é de difícil exercício. Por último, a seleção das notícias também é algo que está fora do alcance dos consumidores.

Além de selecionar os fatos e seus aspectos mais relevantes, a longo prazo os meios de comunicação passam a “[...] estabelecer os valores que presidirão a apreciação desta realidade construída.” (MIGUEL, 1999, p. 201). É o que acontece quando analisamos a mídia impressa brasileira, tanto revistas (*Carta Capital* e *Veja*) quanto jornais (*Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*) que em suas matérias e linhas editoriais buscam moldar a opinião pública por meio da veiculação de valores próprios e do interesse nacional apropriado pelos periódicos.

A crença no sistema perito é também sustentada pelas forças reguladoras, que atuam como metassistemas peritos. Os metassistemas, por sua vez, também repousam sua legitimidade na crença dos consumidores. Dessa forma, o jornalismo também constitui um metassistema perito, pois o contato com as notícias contribui para legitimar ou deslegitimar crenças em outros sistemas peritos. Curioso notar, que o próprio jornalismo é metassistema dele mesmo, ou seja, “[...] apenas o próprio jornalismo [enquanto sistema perito] pode controlar a si mesmo...” (MIGUEL, 1999, p. 202) Assim, o único controle regulatório da mídia seria a concorrência entre as agências de notícias, que funciona, segundo Miguel, de maneira ineficaz, pois prevalece a visão compartilhada sobre o mundo pelos jornalistas, grandes empresários e anunciantes. É essa circularidade do próprio controle da mídia que Sader, como mencionou-se, chama de terrorismo midiático: a imprensa, na falta de controle público sobre ela, acaba por impor a própria pauta política para o governo, tendo ainda a capacidade de, apesar dos dados da realidade, moldar a visão de mundo dos cidadãos.

A reflexividade significa maior autoconsciência, que é a marca positiva da sociedade moderna, o “[...] crescente poder dos agentes sociais sobre as estruturas da sociedade.” (GIDDENS apud MIGUEL, 1999, p. 204). A problematização é de que a imprensa constitui a principal operadora de reflexividade nas sociedades contemporâneas, pois dissemina o conhecimento sobre a vida social.

A mídia, central nas sociedades contemporâneas, constitui assim um sistema perito isento dos mecanismos de aferição, ela própria é metassistema perito, pois valida a crença em outros sistemas, além de principal operadora da reflexividade. Demonstrado o poder da mídia, mas também reconhecido sua tarefa informativa nas sociedades complexas, a questão passa a ser como compatibilizar mídia e democracia.

O debate sobre esta questão não aponta a comunicação como fulcral à possibilidade democrática, mas constitui uma variável dependente, ou seja, à medida que se aprofunda o regime democrático, este deve ser acompanhado por uma expansão das fontes de informação e contração da distância entre produtores e consumidores. Porém, as duas variações parecem inconcebíveis, uma vez que o mercado é ineficaz na pluralização dos meios de comunicação, pelo contrário, este homogeneiza opiniões e exclui discursos fora do eixo delimitado. A própria concentração do mercado impede que sua reforma seja inserida no debate, o que pode ser evidenciado pela ausência de discussões sobre uma “Lei de Meios” no Brasil – a exemplo do que se passou na Argentina – que, quando suscitada, é questionada como uma medida para conter a liberdade de expressão.

A diminuição da distância entre redatores e leitores parece também convergir para o mesmo caminho. A internet apresenta a proposta de constituir um mecanismo de participação, em que é possível comentar notícias, encaminhar questões e divulgar opiniões. Porém, “[...] ela pode ser apropriada de muitas e diferentes formas” (MIGUEL, 1999, p. 206).⁶

⁶ Com o advento da internet e da notícia em tempo real, a mídia, e especialmente a mídia impressa, vem perdendo muito espaço. Alguns, como o jornalista Fernando Moraes, chamam o atual momento de verdadeira revolução nas comunicações, e uma revolução muito mais profunda do que aquela representada pela invenção da televisão nos anos 1950, pois que atinge a própria forma de agir do jornalista, que terá que mudar sua forma de apurar e divulgar a notícia, que pode ser confrontada por qualquer testemunha ocular do acontecimento. Embora importante, aqui esta discussão não poderá ser aprofundada, que é lembrada porque pode vir a impor no futuro limites ao sistema perito.

Como mencionado, para esse esforço investigativo, tomou-se exclusivamente os Informes Brasil de ambos os Observatórios – ODFA e OPEB. Como recorte temporal, avaliou-se os três primeiros anos da presidência de Dilma Rousseff, o que equivale a um conjunto de 131 informes do ODFA e 133 do OPEB, aos quais se somou mais 47 informes mensais de Política Exterior, cuja especificidade se explicita à frente. O último ano do primeiro mandato da presidente Rousseff não foi analisado devido à anormalidade dos anos eleitorais, quando as notícias assumem um claro cunho eleitoreiro.

Tendo, portanto, como fontes de pesquisa os informes do ODFA e OPEB, neste artigo busca-se compreender a maneira pela qual a Política Externa do governo Dilma Rousseff (2011-2014) foi apresentada, bem como a relação desta com a política militar. Subsidiariamente, ao destacar os temas priorizados na grande imprensa sobre a matéria, intenta-se estudar o papel da mídia na formação da opinião pública e na concepção da ação diplomática.

O recorte temático foi estabelecido com base nos assuntos de maior recorrência nas fontes utilizadas nos últimos três anos, isto é, os temas aqui indicados foram aqueles que receberam maior destaque quantitativo (volume de notícias), mas também qualitativo (destaque da notícia veiculada) na mídia impressa brasileira, como apresentado pelas fontes utilizadas.

As fontes e suas particularidades

Antes de apresentar os temas destacados pelas fontes, cabe uma descrição, ainda que sucinta, sobre como são feitos os informes de cada um dos Observatórios, o de Defesa e Forças Armadas e o de Política Exterior.⁷ Ambos os projetos nasceram auspiciados pelo mesmo grupo de pesquisadores que perseguiram três objetivos:⁸ 1) produzir fontes confiáveis sobre a temática da defesa no âmbito da América do Sul; 2) as fontes deveriam ter por base uma leitura dos periódicos que permitisse a comparação regional e, 3) o projeto subsidiaria a internacionalização da pesquisa e dos cursos universitários (graduação e pós-graduação) a que estavam vinculados.

⁷ Análise mais detalhada do OPEB está em Pádua e Mathias (2010) e do ODFA em Winand e Bigatão (2012). Os informes em sua totalidade estão em www.unesp.br/gedes/produtos.

⁸ Os idealizadores do projeto foram: Julián Gonzales Guyer (Universidad de la República, Uruguai), Carlos Gutiérrez (Universidad Arcis, Chile), Ernesto Lopez (Universidad Nacional de Quilmes, Argentina), Héctor Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista, Brasil). Disponível em www.unesp.br/gedes. Consultado em 08/04/2014.

Os informes produzidos pelos Observatórios tem por base a leitura e discussão das notícias veiculadas pelos principais diários dos países que os conduzem. Busca-se resumir a notícia retirando dela o caráter tendencioso que se lhe possa imprimir o veículo de comunicação que divulga tal notícia – daí porque utilizar-se sempre mais de um jornal ou revista, de forma a verificar como cada um apresenta determinado tema. Com isso, quer-se chegar o mais próximo possível da objetividade na informação que é dada. Além dos objetivos perseguidos, esta é a única característica comum aos dois Observatórios brasileiros.

O Observatório de Política Exterior Brasileira confecciona dois informes de periodicidade diferente e perseguindo finalidade diversa. O informe semanal é resultado da leitura das notícias transmitidas diariamente em quatro grandes jornais, quais sejam: *Correio Brasiliense*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. O resumo que é veiculado não utiliza nenhuma matéria assinada ou editoriais dos jornais. Entende-se que isso auxilia na promoção da leitura objetiva da notícia, pois se trata exclusivamente do fato que foi divulgado e não de uma primeira leitura promovida pelo jornal. Sabe-se, todavia, que a própria pauta já indica um posicionamento do periódico (MIGUEL, 2002), o que deve ser considerado em análises mais abrangentes.

Justamente por não incluir matérias assinadas, o Observatório de Política Exterior passou a produzir também um Informe Mensal. Diferente de seu correlato semanal, neste caso o objetivo é justamente verificar a posição assumida pela mídia que veicula a notícia. Aqui não é o fato noticiado o mais importante, mas sim em que lugar e sob qual rubrica o assunto apareceu. Nesse caso, não é a objetividade da notícia que se quer atingir, mas saber como o veículo se posicionou, no caso de matérias editoriais; quem falou a respeito do assunto, em matérias assinadas; ou ainda qual ator ganhou relevância naquele veículo, em entrevistas ou reportagens especiais. É por essa razão que se inclui nos informes mensais também outros periódicos, como os semanários *Veja* e *Carta Capital*. A tendência de cada mídia neste caso fica mais evidente e explícita.

Outro aspecto importante que diferencia o OPEX de outras resenhas de política externa muito mais do que de seu correlato ODFA, está na adoção do que seja política externa. O OPEX não possui uma definição única e antecipada de política exterior. Ao contrário, desde o princípio, esta definição vem sendo construída passo a passo, mostrando-se dependente das próprias notícias veiculadas pelos media.⁹

Os limites definidores do que seja política externa são, por um lado, a pura relação de comércio exterior e, por outro lado, as questões meramente consulares. Em ambos, o que diferencia tais ações de atos de política exterior é o quanto uma determinada decisão impacta sobre o planejamento governamental no âmbito internacional.

Pode-se chamar de construtivista a definição de política exterior com que se trabalha no OPEB. Esse parâmetro é compartilhado pela forma de trabalho do Observatório de Defesa e Forças Armadas. Em outras palavras, também para o ODFA não existe uma definição prévia e universal do que seja Defesa, mas esta definição é construída *pari passu* às resenhas dos jornais realizadas. Da mesma forma, em ambos, as forças armadas, os diplomatas ou demais funcionários do Estado são meios de realização da política externa e defesa, são os atores que mostram os caminhos definidos pelos seus respectivos governos no âmbito da ação política descrita pelos periódicos.

No caso do ODFA, todavia, e diferente do OPEB, os informes semanais são um único produto. Neles se condensam tanto as notícias quanto as posições dos diários utilizados na produção das resenhas. Igualmente se persegue a objetividade de mera descrição do fato, informando sempre ao leitor quando a notícia sumariada é produto de tratamento noticioso ou editorial.

Aproximação quantitativa aos discursos

Tomando apenas os informes semanais, para proceder a análise temos pelo menos 264 resumos de notícias, considerando que cada informe veicula ao menos uma notícia. Este conjunto apresenta algumas particularidades que necessitam ser explicitadas antes de compor o *corpus discursivo* que será avaliado no intuito de responder a questão colocada.

⁹ Discussão interessante a respeito pode ser encontrada em Vales, Lima e Almeida (2015).

Além das diferenças entre os dois Observatórios já mencionadas, um aspecto que salta aos olhos é como a própria imprensa classifica as notícias sobre a temática de Defesa e Forças Armadas ou de Política Exterior. Embora possa-se dizer que Defesa esteja mais afeita ao âmbito das relações entre os Estados e, por conseguinte, mais próxima aos assuntos de Política Externa, não é assim que o tema é apresentado nos Informes. Há, por assim dizer, uma sobreposição entre a política de defesa e seus meios (forças armadas). Assim, as notícias sobre defesa parecem sempre dizer respeito ao universo da política doméstica do Brasil.

Já quando a notícia é sobre Política Exterior, na maior parte das vezes, ela é apresentada nos cadernos dedicados à economia e às relações comerciais do país. Mesmo quando se trata de avaliar as implicações domésticas da política externa brasileira, a ênfase recai sobre os aspectos econômicos e especificamente comerciais.

Na direção indicada, quase a totalidade dos informes do ODFA traz notícias sobre a Comissão da Verdade, seja sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV), seja relativamente às comissões estaduais. Interessante notar que o tema Comissão Nacional da Verdade era assunto de notícias mesmo antes de ser instalada em novembro de 2011: dos 42 informes produzidos ao longo de 2011, 25 trazem alguma notícia a respeito do tema; o assunto atinge a totalidade dos informes (100%) nos anos de 2012 e 2013.

O segundo assunto de maior repercussão no ODFA também não diz respeito à Defesa, ou à política pública de salvaguarda dos interesses internacionais do Brasil. Depois da Comissão Nacional da Verdade e de suas irmãs estaduais, o maior volume de notícias diz respeito à segurança em grandes eventos, considerando como correlato à preparação das forças armadas nacionais na sua garantia. É verdade, entretanto, que se trata de forças armadas – como a CNV indiretamente também, pois tem a ver com a discussão em torno das violações perpetradas sob o governo das forças armadas –, mas mesmo neste caso, o âmbito de apreciação da imprensa diz respeito às atividades subsidiárias das forças, como é a garantia da lei e da ordem, justamente a rubrica na qual estão as ações de segurança em grandes eventos.

No OPEB, ao contrário, não há nenhuma menção aos dois assuntos indicados. O que se pode observar, relativamente a temas correlatos ao da CNV, isto é, assuntos relacionados à memória e julgamento relativos aos governos burocrático-autoritários instalados na região, alguns informes do OPEB tratam da temática dos direitos humanos quando esta repercute em organizações internacionais. Assim, por exemplo, o informe 327/2011, informa que a Organização dos Estados Americanos (OEA) poderia vir a julgar o Brasil por violação aos direitos humanos em razão da continuidade da construção da Usina de Belo Monte, lembrando que há outras questões relacionadas aos direitos humanos que estão repercutindo no Brasil. No entanto, não falam especificamente da Comissão da Verdade.

O assunto que mais aparece nos informes do OPEB é a Organização Mundial do Comércio. Todavia, não necessariamente se trata de questões de controvérsia comercial, podendo dizer respeito ao apoio do Brasil à candidatura de algum país para postos na OMC, ou ainda menção a países que deveriam indicar este fórum como legítimo para apresentar suas demandas. Ou seja, trata-se de questões políticas relacionadas ao comércio exterior.

Os temas de convergência entre ambos os Observatórios não são os mais trabalhados. Pode-se até mesmo dizer que são temas, em ambos, de pouca importância quantitativa. Aqui, pode-se mencionar dois assuntos: a questão das fronteiras e, especificamente sobre o Plano Estratégico de Fronteiras, posto em prática por meio das Operações Atalaia (2010) – ainda no governo Lula -, Sentinela e Ágata (2011), cuja coordenação esteve a cargo do vice-presidente da República, Michel Temer, e como outro tema importante está a participação do Brasil em Operações de Paz da ONU, enfatizando-se a MINUSTAH (Haiti).

Portanto, se restrita a avaliação ao critério quantitativo do discurso da mídia, pode-se dizer com bastante segurança que o Estado brasileiro não desenhou uma política militar condizente com a sua política externa. Ao contrário, a política militar – entendida como a constituição das missões das forças armadas relativamente aos objetivos da defesa nacional – brasileira está fortemente relacionada com a ordem pública interna, permanecendo apartada das relações internacionais do país.

Uma segunda conclusão provisória diz respeito à própria arquitetura da política exterior como uma política pública mais estatal que governamental – pois se trata de uma política que deve vingar para além do período de governo, estando relacionada com a busca dos interesses do país e sua proteção contra ameaças no médio e longo prazos. Também neste caso, conforme pautado pela imprensa, não há relação entre a política externa e a política de defesa ou militar, estas duas últimas sequer são mencionadas no âmbito dos interesses refletidos pela presença do país no cenário internacional. Há, como já informado, ênfase nas questões comerciais e econômicas, com destaque para a inserção, imputada como subserviente, do Brasil regionalmente e a falta de visão, segundo os periódicos analisados, do país relativamente aos Estados Unidos, outro tema bastante destacado quantitativamente.

O terceiro tema em número de reportagens aparecidas no ODFA é a questão da segurança cibernética. Este pode ser encarado como o primeiro a tratar essencialmente do âmbito da defesa. Nesse caso, considerando principalmente o conflito criado pelas denúncias de espionagem promovida pelo governo estadunidense contra seus homólogos não apenas brasileiro mas também europeus, poder-se-ia esperar maior espaço dedicado à discussão estratégica da temática, com áreas de intersecção no âmbito dos informes. Novamente, não é o que acontece: no OPEB, em um *corpus* de 4.342 palavras, cibernética é mencionada 3 vezes, todas elas relacionadas com o caso Snowden.

A título de ilustração, isolou-se palavras que, entende-se, são imediatamente relacionadas à política exterior. Além destas, também incluiu-se neste universo as autoridades do governo Dilma Rousseff a serviço das Relações Exteriores. Considerando que o *corpus* do ODFA é composto de 12.903 palavras, os resultados são os seguintes: a palavra “externo/a” ou “exterior”, é citada 5 vezes, uma das quais relacionados à competição econômica por mercados de indústria de defesa dos países emergentes (BRICS); Ministério das Relações Exteriores, 1 vez; Palácio do Itamaraty, 2 vezes, ambas relacionadas à segurança do patrimônio em razão das manifestações que aconteceram em Brasília na segunda metade de 2013.

Em resumo, quantitativamente, considerando as fontes desta pesquisa, predomina o silêncio nas relações entre política externa e política militar. Sequer a Defesa, braço por excelência da política externa do país, é considerada, permanecendo a ignorância no lugar da necessária convergência. No aspecto exclusivo da análise quantitativa do discurso da imprensa, pode-se aqui repetir o que já informou um especialista: defesa e diplomacia no Brasil são duas paralelas que jamais se encontram (SAINT-PIERRE, 2006).

Aproximação qualitativa e imprensa

Para continuar a análise, procedendo a avaliação qualitativa, dado os limites de tempo e espaço impostos, repetindo o que se informou no início, tomou-se os temas mais trabalhados no OPEB mensal, complementando com o informe semanal. Considerando inclusive a prevalência de temas econômicos, dois foram os assuntos que se destacaram: 1) a relação entre Brasil e Argentina e, 2) a suspensão do Paraguai dos blocos regionais, bem como a incorporação plena da Venezuela nesses mesmos blocos. Sublinhe-se que a preocupação nesta parte do estudo, pelas razões já indicadas, é tão somente mostrar como a imprensa apresenta os temas de Política Externa, sem tratar da política militar.

Relações com a Argentina

Em seu discurso de posse, a presidente eleita do Brasil, Dilma Rousseff, destacou como objetivo da Política Externa do país a continuidade no aprofundamento das relações com os vizinhos sul-americanos e latino-americanos (aos quais o desenvolvimento econômico, social e político do Brasil estariam vinculados), caribenhos, africanos, países do Oriente Médio, da Ásia, com os Estados Unidos da América (EUA) e com a União Europeia (UE), o que denota a amplitude da agenda diplomática e o multilateralismo como uma diretriz da política externa de seu governo. A presidente destacou ainda o anseio por transformar a região em um ator importante no cenário internacional por meio da busca de consistência do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da União das Nações Sul-americanas (Unasul), e de uma postura intervencionista nos principais fóruns multilaterais.¹⁰

O assunto mais destacado e em maior quantidade apresentado nos Informes do OPEB foi da relação entre Brasil e Argentina, a política comercial bilateral e regional de ambos os países, as consequências para a construção da confiança entre as unidades do Mercosul e sobre a situação do acordo Mercosul-União Europeia. Considerando, pois, o discurso de posse da mandatária brasileira, a grande imprensa nacional apresentou-se alinhada à pauta de política exterior.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>>. Acessado em 24/03/2014.

Como reverberado pelos Informes OPEB, a política externa brasileira para a Argentina apresentou como foco principal os litígios de fluxos comerciais e barreiras tarifárias na relação bilateral e seus desdobramentos para o Mercosul.

A primeira ação mais enérgica durante o governo de Rousseff ocorreu em maio de 2011, quando o Brasil comunicou o fim das licenças automáticas para produtos automobilísticos argentinos (autopeças e automóveis), de um mercado que representa 80% dos veículos exportados pela Argentina e metade da produção nacional. A medida foi adotada em resposta à política do país vizinho, que suspendera as licenças automáticas de importação para diversos produtos brasileiros desde 2008, no contexto da crise econômica mundial.¹¹ No entanto, as negociações continuaram e redundaram no anúncio de que o avanço nos acordos geraria maior desenvolvimento integrado dos países. Mesmo assim, apesar dos encontros inclusive entre as presidentes dos dois países, medidas supressoras de parte a parte atravessaram todo o ano de 2011.

A estagnação nas negociações marcou 2012, exemplificada por reuniões sem resultados concretos e discursos conflitantes. Ao longo de todo o primeiro semestre, vários ministros argentinos e brasileiros se encontraram em busca de melhor solução para as controvérsias. No entanto, as dificuldades de negociação bilateral não foram o mais importante, mas sim trazer à tona a falta de sintonia entre os representantes brasileiros, cada setor do governo avaliando a seu modo, às vezes de forma oposta a de outro setor do governo, sobre o litígio com a Argentina.

Durante a reunião do G-20, no México, em junho de 2012, Rousseff e Kirchner defenderam o crescimento e o desenvolvimento. Na ocasião, a presidente brasileira cobrou a reabertura da Rodada de Doha e o fim da cláusula contra a criação de barreiras comerciais. Segundo o Chanceler argentino, Héctor Timerman, houve coincidência entre as posturas das mandatárias. Assim, a partir de meados daquele ano, parecia que o caminho da negociação estava-se mostrando eficiente.

O ano de 2013 foi marcado pela estagnação dos acordos sobre barreiras tarifárias atribuindo maior destaque às negociações de aumento dos investimentos da Petrobras na Argentina, ao

¹¹ Informe Mensal Brasil – Maio de 2011

acompanhamento da estatização da YPF, subsidiária da espanhola Repsol, e à suspensão dos investimentos da empresa brasileira, Vale, no país vizinho, para a extração e produção de potássio, elemento que ambos os países importam para a produção de fertilizantes.

Rousseff e Kirchner reuniram-se em abril e trataram da suspensão dos investimentos da empresa brasileira, Vale, na Argentina, e do comércio bilateral. Acompanhada pelos ministros brasileiros do MRE, Antonio Patriota e do MDIC, Fernando Pimentel, Rousseff não se comprometeu a intervir junto à Vale para reverter a decisão da empresa. Sobre os processos eleitorais no Paraguai e na Venezuela, ambas as mandatárias afirmaram que o Mercosul reforçou-se com as eleições.

Em síntese, a relação entre Argentina e Brasil no período, apresentou, em comparação aos anos do governo Lula, mudanças de comportamento pouco substanciais. Ainda assim, as medidas brasileiras em resposta às medidas protecionistas do vizinho, apontaram para menor tolerância em relação às medidas acordadas.

Cabe dizer que no assunto em tela, isto é, as relações entre Brasil e Argentina, o que a imprensa brasileira noticiou como política externa, restringiu-se à política externa de exportações, com reflexos, é verdade, no andamento de outros setores da relação bilateral e regional. Entretanto, neste aspecto, como se trata do varejo político e não do campo próprio de decisão, não espanta o fato de nada ser relacionado com a política de defesa, menos ainda com a política militar.

Paraguai, Venezuela e Mercosul

Outro tema de grande repercussão ao longo desse governo Rousseff foi a suspensão do Paraguai do Mercosul e da Unasul, em resposta ao *impeachment* do então presidente paraguaio, Fernando Lugo, impedimento que os membros do bloco consideraram uma ruptura na ordem democrática, em desacordo, portanto, com os Protocolos de Ushuaia I e II.¹²

¹² O impedimento de Fernando Lugo foi julgado pelo Parlamento paraguaio em menos de 48 horas, considerado um processo sumário quando se compara com casos semelhantes – Fernando Collor, no Brasil, que levou 7 meses, ou Richard Nixon, nos EUA, com duração de 18 meses. Há controvérsias, entretanto, pois a Constituição paraguaia não menciona nenhum prazo ou ritual específico para processos desta natureza.

A entrada plena da Venezuela ao Mercosul, encontrava no Parlamento paraguaio o único impedimento. Com a suspensão do Paraguai, imediatamente o país andino incorporou-se ao Mercosul. Assim, muito se discutiu na imprensa sobre o oportunismo especialmente do Brasil, que teria interesses muito mais ideológicos que comerciais na presença da Venezuela no Bloco.

A Cúpula Extraordinária do Mercosul, realizada no dia 31 de agosto de 2012, em Brasília, ratificou a plena entrada da Venezuela ao bloco. Na ocasião, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, afirmou que com a Venezuela, o Mercosul torna-se a quinta potência econômica mundial, discurso reiterado pela presidente brasileira, que acrescentou que a expansão do bloco amplia suas capacidades internas, reforça seus recursos e abre oportunidades para inúmeros empreendimentos.

O conflito velado, com o Paraguai recorrendo às cortes internacionais e os países do Mercosul tomando atitudes exclusivamente políticas – nenhuma retaliação econômica foi proposta, por exemplo –, continuou até a realização de eleições presidenciais no país guarani, o que aconteceu em abril de 2013.

Paralelamente, Bolívia e Equador também aderiram ao Mercosul como observadores e pedindo a adesão plena, processos que não parecem encontrar a mesma resistência que a Venezuela. Essa ampliação do bloco aponta para o sucesso da política adotada pelo conjunto de países, tendo a incorporação da Venezuela, ainda que nas condições excepcionais indicadas, aplainado o caminho para o aprofundamento das relações regionais.

Com a eleição de Horácio Cartes (Partido Colorado) à Presidência do Paraguai, o país foi reincorporado ao Mercosul. No entanto, o governo paraguaio rejeitou a oferta, prorrogando a situação de incerteza do bloco até dezembro de 2013. Neste mês, no dia 10, o Senado guarani aprovou a incorporação da Venezuela e sinalizou que o país estava preparado para voltar ao bloco, o que foi formalizado em 20/12/2013.

Conforme declarações do presidente uruguaio, José Mujica, a suspensão do Paraguai do Mercosul, bem como a incorporação da Venezuela no período que o país estava suspenso, representaram feridas muito sérias para o bloco.¹³ Por outro lado, também

¹³ Disponível em <http://www.efe.com/efe/noticias/brasil/mundo/mujica-diz-que-mercosul-esta-ferido-valoriza-reingresso-paraguaio/3/17/2219175>. Consultado em 30/04/2014.

representam uma oportunidade para avaliar os procedimentos e acordos, fortalecendo ainda mais as relações regionais e, com isso, preparando melhor o Mercosul para as negociações com seus congêneres, como acontece com a União Europeia.

Resumindo, o Brasil parece ter instrumentalizado bem o Mercosul para atingir seus interesses, aproveitando a conjuntura paraguaia para incorporar a Venezuela, um parceiro econômico significativo, ao bloco e, ao mesmo tempo, garantindo que o Paraguai, mesmo afastado politicamente, participasse dos acordos para o aprofundamento da presença internacional do Mercosul. A imprensa brasileira, todavia, não apresentou a mesma percepção.

Reverendo as fontes

Como informado no princípio, utiliza-se na análise da política externa, bem como na política militar e na relação entre ambas, alguns jornais e revistas brasileiros. Nessa última parte do texto, tem-se como fonte especificamente os informes mensais do OPEB, o que permite, além de saber quais os temas de política exterior que mereceram ser divulgados para o conjunto da população, como a imprensa avalia essa temática.

Aparentemente, todos os jornais e revistas deram uma trégua à Dilma Rousseff logo depois de sua eleição para a presidência da República. Assim, no início de 2011, mesmo os periódicos mais conservadores e mais críticos em relação ao Partido dos Trabalhadores, avaliavam com condescendência, relativamente ao governo de Lula da Silva, as ações da presidente.

É interessante notar que no início do governo de Rousseff, a imprensa nacional de modo geral, apoiou a postura brasileira com os países que o Brasil mantém relações comerciais estratégicas. Em uma primeira avaliação, pode-se intuir que tal apoio justifica-se pelos interesses da elite industrial brasileira que desde o governo Lula cobra por uma postura mais assertiva em relação, por exemplo, às medidas restritivas de importação argentinas. Assim, o principal desafio brasileiro e dos países da região seria estabelecer um equilíbrio entre medidas que protejam os interesses e as indústrias nacionais e alcançar uma integração regional efetiva.

As notícias veiculadas reforçam que os periódicos tendem a reduzir a política externa ao âmbito comercial e econômico, enquanto a política de defesa é encarada como pertencente ao universo puramente político. Interessante notar que mesmo quando a notícia é sobre licitação de armamentos (indústria de defesa), há uma tendência a tratar do tema nos cadernos dedicados à política, normalmente nacional.

Conforme antes indicado, dois foram os temas que receberam maior atenção por parte da imprensa e, por conseguinte, tomados para esta análise. Repetindo, trata-se das relações com a Argentina, especialmente no tocante às barreiras de importação no âmbito do Mercosul; e da suspensão do Paraguai do Mercosul e Unasul, com a adesão plena da Venezuela ao Mercosul.

Quanto às relações com a Argentina, o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi aquele que mais abordou o tema comercial ao longo de todo o período entre 2011-2013. Quiçá pelo fato deste diário representar um mecanismo de pressão do empresariado nacional, mais especificamente paulista, ao governo federal. Em todos os periódicos utilizados, a percepção prevalecente sobre a relação entre Brasil e Argentina foi de que o Brasil alimenta uma postura continuísta, ao ceder às medidas protecionistas adotadas por seu vizinho. Análise publicada pelo Informe Mensal de novembro de 2013 resume tal avaliação:

A economia Argentina encontra-se em profundas dificuldades com o déficit nas contas externas e escassez de moeda forte para atender às importações. Desse modo, o país adotou medidas para reduzir importações e estimular a indústria nacional. A bancarrota do país significaria um desequilíbrio muito grande para a região, de modo que Rouseff tem assim o desafio de representar os interesses econômicos nacionais, porém, sem deixar de lado a inserção e projeção do país no cenário internacional respaldado pela liderança nos órgãos de integração regional sul-americana Mercosul e Unasul.¹⁴

¹⁴ Disponível em www.unesp.br/produtos. Consultado em 20/03/2014.

Outro aspecto interessante diz respeito à visão dos periódicos consultados, exceto *Carta Capital*, relativamente às relações Brasil-EUA, que defendem que uma aproximação com a economia estadunidense representaria um aumento do dinamismo na economia brasileira. Essa postura da mídia desconsidera que os EUA foi o epicentro da crise econômica internacional. Ignoravam-se ainda as políticas do *Federal Reserve* de expansão monetária para desvalorizar o dólar que, aliada à redução da taxa de juros, faziam com que investidores buscassem outros mercados de ativos, como o Brasil, que com juros elevados atraía investimentos especulativos de curto prazo, implicando na valorização do real e conseqüente perda de competitividade das exportações brasileiras.

Ainda a respeito da relação Brasil-EUA, outra consideração relevante é que a não assinatura da ALCA ocorreu com vistas à preservação dos setores industriais, que com a abertura de mercado poderiam sofrer com uma concorrência desleal de setores com subsídios dos demais países e assim implicar na perda de controle estatal sobre setores estratégicos da economia nacional, o que poderia levar ao aumento do desemprego, da convulsão social e ao desequilíbrio das contas externas. As comparações com acordos de livre-comércio entre Chile e EUA, por exemplo, resultam improdutivas, uma vez que o país sul-americano é um grande exportador de *commodities* (minerais e produtos agrícolas). Ao não apresentar uma base industrial importante, há menos riscos em assumir tais acordos quando comparados à Argentina e Brasil, que possuem setores dinâmicos na economia, como a indústria automobilística.

A respeito da suspensão do Paraguai e incorporação da Venezuela, a postura dos media foi de julgar as ações do governo como puramente ideológicas, neste caso desconsiderando a forma tradicional adotada pelos periódicos de avaliar a política externa como política comercial. Entende-se que esta nova forma de tomar a política externa, pelo menos na aparência, por parte da imprensa nacional é positiva, inclusive porque permite incorporar as transformações que estão ocorrendo na dinâmica das relações exteriores do Brasil.

Conforme indicado nos Informes do OPEB, as mudanças do Mercosul representam aspectos positivos e negativos. Por um lado, há a crítica à mudança da filosofia do bloco, em que a anterior prioridade à integração econômica com vistas a alcançar maior relevância no comércio internacional foi substituída por questões político-estratégicas que influem na capacidade e no posicionamento do bloco no sistema internacional.

É necessário compreender também que o contexto político internacional do continente americano, e global, do final do século XX para a primeira década do século XXI, e mais especificamente, dos anos de governo Dilma (2011-2014) não é o mesmo. Se anteriormente havia grande influência dos EUA na região, em oposição à integração regional e em defesa da ALCA, o contexto do primeiro governo Dilma, após a não aceitação do bloco proposto, era de descrédito no projeto frente à crise econômica estadunidense e relativa estabilidade dos países sul-americanos. Dessa forma, a busca por maior autonomia e coesão política no âmbito regional é fundamental para o fortalecimento e maior projeção do Mercosul e da Unasul no cenário global.

Considerações finais

Buscou-se apresentar neste texto como a imprensa brasileira apresentou os temas de política externa e de defesa e forças armadas. Como foi advertido, tratou-se de uma primeira aproximação do problema com o objetivo de verificar se existe e qual é a política militar vinculada à política externa brasileira. Para tanto, parte-se do pressuposto que a política externa tem como eixos indissociáveis a ação diplomática e a militar (ARON, 2002), uma embasando a outra na busca de realização dos interesses do país.

Embora seja um texto exploratório, pode-se aventar um conjunto de conclusões, aqui meramente anunciadas, e que serão os eixos da continuidade da pesquisa. Assim, na visão dos grandes jornais e revistas brasileiros, tem-se que:

1. O principal tema tratado pela imprensa e que envolve forças armadas diz respeito à revisão do passado autoritário, e a prática de crimes pelas forças estatais;
2. Inexiste relação entre os campos diplomáticos e de defesa do país. Ao contrário, a defesa, quando tratada, o é pelo seu caráter interno ao Estado e não como política pública cujo objetivo é a defesa nacional. A mera análise quantitativa aponta para isso;
3. A aproximação entre os campos externo e de defesa acontece por meio da política de fronteiras, que neste caso inclui as forças armadas como instrumento das operações na área, para controle de contrabando e tráfico (atribuição legal das polícias de fronteira);

4. A política militar, que define as missões das forças armadas, do governo Rouseff, resumiu-se ao que está na Constituição como “garantia da lei e da ordem”. Essa política, especialmente no que se refere à doutrina militar, diz respeito basicamente à segurança pública – acompanhamento por parte das forças armadas dos movimentos sociais em curso, bem como identificação das pessoas nos protestos que aconteciam pelo país naquele período, assemelhando-se à política militar (que deveria ser de segurança) nos grandes eventos;

5. No âmbito da política externa, esta é basicamente identificada com questões do comércio exterior, pouca ou nenhuma referencia existindo na esfera propriamente política das relações internacionais do país;

6. Quiçá porque equiparam política externa com comércio internacional, os media ignoram a necessária relação que deve existir entre política externa e política militar, entre o diplomata e o soldado.

No próprio corpo do texto, avalia-se, ainda que sumariamente, os assuntos enfatizados nas fontes, razão por omiti-los aqui. Cabe, todavia, sublinhar que tanto na relação com a Argentina quanto na da suspensão do Paraguai, foram assuntos exclusivos da política externa, nada sendo dito a respeito no âmbito da defesa e forças armadas.

Reforça-se que este é um estudo incipiente, iniciado há alguns meses, que tem bases empíricas e teóricas sequer aqui mencionadas. Sua vinda à luz tem o principal objetivo de recolher críticas que permitam caminhos mais profundos e, essa a esperança dos autores, que mostrem que na realidade no Brasil está se arquitetando uma verdadeira política exterior, formulada pela somatória da diplomacia e da defesa e consubstanciada em ações exteriores que se sustentam em uma política militar de qualidade.

Fontes

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) – *Observatório de Defesa e Forças Armadas*. Informe Brasil, 2011, 2012 e 2013.

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) – *Observatório de Política Exterior Brasileira*. Informe Semanal nos. 2011: 288-334; 2012: 335-375; 2013: 376-421.

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) – *Observatório de Política Exterior Brasileira*. Informe Mensal nos. 11 a 49.
Referências Bibliográficas:

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações* [Tradução: Sergio Bath]. Brasília, UnB, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e Poder: uma análise da mídia*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006, 142 p.

FREIRE, Alexandre. “O jornalismo como sistema perito e a proposta da Fenaj”. *Observatório da Imprensa*, ano 18, no. 795. www.observatoriodaimprensa.com.br/news. Consultado em 28/04/2014.

GREIMAS, A. J. *Semiótica e Ciências Sociais*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1981.

MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, n.11, p. 197-208, mai. 1999.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova: Revista de Cultura e política*, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

PÁDUA, Adriana; MATHIAS, Suzeley. Observatório de Política Externa Brasileira. *Revista Ciência em Extensão*, vol. 6, nº1, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso* [Tradução de Eni Orlandi]. Campinas, Ed. Unicamp, 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor. Política de Defesa e Relações Internacionais no Brasil: o destino das paralelas. In: XXVI International Congress of Latin American Studies LASA Puerto Rico, 2006, *digit*.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.63, p.237-280, out. 2002

VALES, Tiago P.; LIMA, Raphael C.; ALMEIDA, Rafael A. R. A Política Externa em Revista: o governo Lula da Silva nas páginas da *Carta Capital* e da *Veja*. In THOMAZ, Laís F.; OLIVEIRA, Marcelo F.; MATHIAS, Suzeley K. (orgs.). *Diálogos Sulamericanos: 10 anos de política exterior na América Latina*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2014.

WINAND, Érica C. A.; BIGATÃO, J. P. A política brasileira para os direitos humanos e sua inserção nos jornais: a Comissão Nacional da Verdade. Texto apresentado no Painel "Observatório de Política Exterior: diplomacia y defensa en la prensa". Latin American Studies Association (LASA), San Francisco, Califórnia, 23-26/05/2012, 24pp., *digit.*.

